

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DA ARGENTINA DE 2023

O QUE RESTA A DIZER

Por Rui Tavares Maluf*

Para quem se dedica à investigação dos processos eleitorais há quase sempre o que se verificar e ter o que dizer sobre estes mesmo quando os resultados finais já tenham sido divulgados e se passado muito tempo de seu encerramento. Desse modo, volto a me deter nos resultados da eleição presidencial da Argentina de outubro e novembro nesse final de 2023¹, no qual o novo governo de Javier Milei, empossado no domingo 10 de dezembro, começa a dar seus primeiros passos, por meio de medidas duríssimas tomadas em dois momentos dessas duas primeiras semanas de mandato. E compreensivelmente as atenções gerais se voltam para cada uma de suas ações no campo da economia, haja vista que este é a grande fonte de preocupações da cidadania nacional e dos agentes das esferas política, econômica e social.

Apesar das atenções gerais repousarem sobre as medidas tomadas pelo novo governo (bem como sua exequibilidade e possibilidades de êxito), eu me dedico aqui a organizar e analisar os resultados da eleição presidencial, embora também o faça em menor medida para o Congresso Nacional (CN), por entender que sua boa compreensão, para além de qualquer interesse puramente acadêmico, é sempre algo prático para os que estão diretamente envolvidos (ao menos), pois poderá ajudar a todos; aos que foram eleitos para governar compreendendo suas possibilidades e limites e aos que estão na oposição (ou oposições) a se conduzir pelos espaços mais adequados e consistentes seja para se fortalecer como para contribuir com o país. Indo além: se não fossem outras as razões, pelo simples fato de que apenas pela segunda vez em sua história recente (desde 1983) os argentinos decidiram a eleição presidencial em segundo turno, quando houve muitos analistas e mesmo pesquisas de intenção de voto que chegaram a apontar a possibilidade de um desfecho ainda no primeiro turno a favor do agora presidente Javier Milei.

O Eleitorado

Foco primeiramente no eleitorado porque este é o agente coletivo a construir o resultado, conquanto o mesmo nas democracias competitivas se apresenta de forma diversificada e materializada em ao menos duas forças eleitorais. O total de eleitores registrados variou à menor no segundo turno, independentemente de qualquer comportamento que poderia ser observado em qualquer um desses², produzindo no turno decisivo um decréscimo de 216.795 cidadãos com direito e obrigação de afluir às urnas, o que não significa que viriam a se conduzir como o ideal esperado pelas regras, isto é, comparecer e votar em um dos finalistas.

Apesar da obrigatoriedade do voto, o comparecimento às urnas foi baixo nos dois turnos, tendo sofrido queda ligeira no turno decisivo, embora em termos percentuais do conjunto do eleitorado tenha se portado da mesma forma em um e outro (76,5%). Mas em números absolutos e variação percentual a queda foi de 237.329 e 0,88% respectivamente eleitores que eventualmente tiveram imprevistos ou conscientemente decidiram não exercer seu direito e a cumprir sua obrigação. De qualquer forma, como se verá adiante, este número nem

¹ - Quando do encerramento do primeiro turno, escrevi artigo sobre os resultados parciais. Vide referências e fontes que utilizei.

² - Comportamentos estes de abster-se, de comparecer e votar em algum dos candidatos, em branco ou anular o voto e, ainda um desdobramento da sua intenção, ter o voto impugnado por alguma irregularidade verificada pelas autoridades.

de longe fez falta para Sérgio Massa, o candidato derrotado, porque a diferença a favor de Milei foi muito grande. Em termos da história recente do país (desde 1983), considerando o primeiro turno, este comparecimento só foi maior ao do ano de 2007 (76,3%) quando Cristina Kirchner venceu já no primeiro turno. E levando em conta o comparecimento no turno decisivo, o de 2023 foi de 76,3%³; menor em 3,94 pontos percentuais que o de 2015, único realizado no período mencionado, quando alcançou 80,3%. Naquela oportunidade, o eleitorado escolheu para presidente Maurício Macri⁴, quem passou a apoiar Milei no segundo turno juntamente com sua candidata derrotada Patrícia Bullrich.

Ao comparar este desempenho com o do vizinho Brasil no ano passado (2022), país no qual o voto também é obrigatório, é possível afirmar que por aqui o comparecimento também foi baixo, embora tenha subido no segundo turno em relação ao primeiro (*veja a tabela 1 a seguir*).

TABELA 01			
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023			
<i>Comparecimento Eleitoral na Argentina (2023) e no Brasil (2022) nos primeiro e segundo turno das eleições presidenciais, e variação entre os dois turnos em pontos percentuais</i>			
PAÍS	1º TURNO	2º TURNO	VARIAÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
Argentina	76,5	76,3	-0,2
Brasil	79,1	79,4	0,3

O eleitorado nas regiões

Tendo como referência as 24 jurisdições da Argentina (23 províncias e a capital federal, denominada Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA), as características gerais do eleitorado apresentaram diferenças, algumas dessas esperadas uma vez que o eleitorado nacional é a agregação de um país federal territorialmente grande e com uma população que se distribui de forma bem desproporcional. Como já havia apontado no texto em que comentei o resultado do primeiro turno, somente o eleitorado da província de Buenos Aires responde por 37,61% de todo o país, que se juntado ao da CABA (ambos são vizinhos territorialmente), sobe para 44,3%.

Entre os dois turnos, o quantitativo do eleitorado registrado diminuiu nas 24 jurisdições, ainda que em grandezas distintas. Dividindo a evolução do eleitorado das 24 jurisdições em três faixas percentuais fica bem claro o tamanho destas desigualdades da queda (*veja a próxima tabela*). A média das reduções (-0,87) ficou acima da queda do eleitorado em nível nacional (-0,61). Efetivamente, o eleitorado da província de Buenos Aires foi o que mais se reduziu em termos absolutos no segundo turno (-71,528) correspondentes a 32,9% da queda nacional, mas a proporção desta foi menor (-0,54%) que a média das 24 e também da nacional. E o peso do eleitorado bonaerense no conjunto nacional praticamente não se alterou (de 37,61% para 37,18%).

⁴ - Maurício Macri é um dos principais fundadores do partido Proposta Republicana (PRO) em 2005 que passou a integrar a aliança Juntos pela Mudança a partir de 2019. De certa forma, o PRO canalizou boa parte do eleitorado da União Cívica Radical (UCR), tradicional partido da Argentina que representava o polo oposto ao Peronismo.

TABELA 02			
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023			
<i>Varição do Eleitorado em quatro faixas de evolução entre os dois turnos nas 24 Jurisdições e participação percentual das faixas no total da Argentina</i>			
FAIXA DE EVOLUÇÃO	FREQUÊNCIA	JURISDIÇÕES	% NO PAÍS
-2,69 a - 1,36	07	Catamarca, Chaco, Chubut, Formosa, Jujuy, Salta, Terra do Fogo	35,39
-0,95 a – 0,52	06	Buenos Aires, Entre Rios, La Pampa, La Rioja, Misiones, San Juan	45,33
-0,49 – 0,09	11	CABA, Corrientes, Córdoba, Mendoza, Nequen, Río Negro, San Luis, Santa Cruz, Santa Fé, Santiago Del Estero, Tucumã	19,32
TOTAL	24		100

Faço a seguinte pergunta: é possível que o comparecimento eleitoral nas 24 jurisdições tenha acompanhado a queda verificada no comparecimento em nível nacional, e ainda, o movimento do quantitativo de eleitores registrados entre os dois turnos? A resposta é que os sinais estão trocados. Ou melhor, em 18 províncias a evolução do comparecimento do eleitorado às urnas foi de queda e com grandezas bem diferentes, embora em seis tenha aumentado. O índice de correlação linear é fortemente negativo (-0,813), isto é, o eleitorado cresceu e o comparecimento diminuiu. Dentre as 18 jurisdições com incremento de eleitores no segundo turno, em 12 destas houve redução no comparecimento, sendo que em apenas seis foi positivo. Assim, o comparecimento acompanhou o movimento de baixa às urnas em somente seis jurisdições em que o eleitorado diminuiu, embora estas jurisdições se inscrevam em eleitorados com tamanhos diversos os quais se distribuem entre o primeiro quartil até pouco abaixo do limite superior do terceiro quartil das 24 jurisdições.

TABELA 02.1			
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023			
<i>Faixas de Variação do Comparecimento Eleitoral em porcentagem do eleitorado, frequência em cada faixa, jurisdições e percentual agregado de comparecimento do país</i>			
FAIXAS DE EVOLUÇÃO DO COMPARECIMENTO	FREQUÊNCIA	JURISDIÇÕES	% COMPARECIMENTO DO PAÍS
-3,64 a -3,03	3	Catamarca, Jujuy, Misiones	5,26
-2,37 a -1,04	10	Buenos Aires, Chubut, Córdoba, Corrientes, Formosa, La Pampa, La Rioja, Río Negro, San Luis, Terra do Fogo	56,10
-0,35 a -0,91	5	CABA, Chaco, Mendoza, Neuquén, Santa Cruz	16,31
0,38 a 3,25	6	Entre Rios, Salta, San Juan, Santa Fé, Santiago Del Estero, Tucumã	22,33
TOTAL	24		100

Ou seja, ficou evidente que tanto o eleitorado registrado quanto o comparecimento eleitoral apresentaram realidades distintas, mas isso pode ser explicado pelo fato de que sendo a inscrição no registro eleitoral uma obrigação para todo cidadão que se encontra na idade de votar, este poderia ter aumentado pelo número de jovens que fizeram aniversário no período e atingiram a idade mínima para votar, bem como vários títulos eleitorais foram regularizados. Mas a partir daí o comparecimento envolve certa dose de motivação do eleitor, pois decidindo não comparecer poderá apresentar alguma justificativa em tempo hábil, tal como no Brasil, e, assim, não sofrer penalidade, conquanto fatores extrapolíticos também exerçam influência na abstenção.

Os Votos em Branco

Em qualquer sistema eleitoral que se investigue o significado dos votos em branco se constatará que estes são quase anódinos independentemente de serem ou não considerados como parte dos votos válidos⁵. Misturam um pouco da ignorância do eleitor e sua razoável indiferença na escolha de quem o governará. Na Argentina, nas eleições presidenciais, os votos em branco são considerados votos válidos. De qualquer forma, entendo que os votos em branco integram o conceito da Marginalidade Eleitoral (ME) ao lado dos votos nulos e da abstenção eleitoral.

No primeiro turno da eleição presidencial os votos em branco alcançaram a cifra de 554.161 correspondendo a 1,59% de todo o eleitorado argentino, a 2,04% do comparecimento eleitoral e a 2,6% dos votos válidos. Caso os considerássemos, em termos analíticos, como ato não intencional do eleitor e por um passe de mágica estes pudessem ser canalizados para Javier Milei (que ficou atrás de Massa) isso não faria diferença real para seu desempenho, pois a diferença absoluta entre ambos ficou em 1.758.5545. No segundo turno, os votos em branco recuaram para 417.515, equivalentes a 1,19% do eleitorado, 1,6% do comparecimento e 1,6% dos válidos. Ou seja, uma queda de 136.646 votos (-24,7%). Se não fizeram diferença no primeiro turno, muito menos no segundo quando Milei ultrapassou Massa e foi eleito o presidente. A diferença de votos de Milei sobre Massa foi de 2.959.620.

Ora, pelo tamanho da queda dos votos em branco no segundo turno é um tanto difícil aceitar que os votos em branco se constituam em uma particular dificuldade do eleitor em relação à mecânica do voto, pois esta não mudou no período de pouco menos de um mês entre a realização dos dois turnos. Por outro lado, há de se reconhecer que havendo somente dois candidatos e ao aumento da exposição dos mesmos na mídia, isso pode ter ajudado na redução.

Os Votos em Branco nas 24 Jurisdições

O comportamento dos votos em branco nas 24 jurisdições variou nos dois turnos. No primeiro, tendo como comparação o percentual de 1,59% do eleitorado no âmbito total da Argentina, a média das jurisdições foi ligeiramente menor; 1,57% e uma mediana ainda mais baixa 1,16% do eleitorado. Mas nunca é demais citar os extremos (que podem ou não impactar no desvio padrão que no caso não foi tão alto). Em Córdoba, província que teve seu atual governador como

⁵ - Nas eleições legislativas, isto é, para o Parlamento, os votos em branco, em sistemas com voto proporcional, podem fazer alguma diferença se integrarem a categoria dos votos válidos porque contribuem para se alcançar um patamar mínimo que facilita a alocação das cadeiras para os partidos políticos.

candidato presidencial⁶, houve o menor e expressivo percentual de 0,58%. Na outra extremidade, na província de Santa Cruz, os votos em branco alcançaram 4,39% do eleitorado, ou 6,2% dos votos válidos. Nesse caso é possível acreditar em um primeiro momento que os votos em branco foram uma forma de o eleitor provincial protestar elegantemente contra o *Peronismo-kirchnerista*, uma vez que esta era até então governada pela irmã do falecido ex-presidente Nestor Kirchner, Alícia, cunhada da também ex-presidente Cristina Kirchner. Ademais, a província de Santa Cruz é a terra natal do falecido presidente e onde o casal viveu e fez seu domicílio político-eleitoral.

No segundo turno, a média dos votos em branco nas 24 províncias os posicionou abaixo do nível nacional, ou seja, se na Argentina os votos em branco foram de 1,19%, a média das 24 ficou em somente 0,94% para uma mediana de somente 0,91% com uma variação geral bem menor que no primeiro turno⁷. Desta vez, porém, as extremidades tiveram outros protagonistas. A menor extremidade ficou para a província de Santiago Del Estero na qual os votos em branco se posicionaram a 0,54% do eleitorado local e maior para a capital federal, ou melhor para a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) com 2,15%. Ou seja, as duas extremidade dos votos em branco no segundo turno (maior e menor valor) tiveram queda em relação ao primeiro.

TABELA 03			
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023			
VOTOS EM BRANCO NOS DOIS TURNOS			
<i>Indicadores em Nível Nacional e considerando as 24 Jurisdições</i>			
INDICADOR	1º T	2º T	VARIAÇÃO
Nacional (absolutos)	554.161	417.515	- 136.646
% da Variação dos Absolutos			-24,7%
% Votos em Branco no Eleitorado	1,59	1,19	-25,2
Média dos Brancos nas 24 Jurisdições	23.090	17.396	-24,7%
% das 24 Jurisdições no Eleitorado	1,57	0,94	-40,1
% Mais Baixo das 24 jurisdições	0,58	0,54	-6,9
% Mais Alto das 24 jurisdições	4,39	2,15	-51,03

Os Votos Nulos

Os votos nulos são quase sempre e majoritariamente um ato intencional do eleitor de repúdio aos candidatos que se apresentam. Nessa eleição presidencial argentina, os votos nulos fizeram o movimento inverso dos votos em branco. Foram em número menor no primeiro turno, e bem abaixo dos votos em branco, crescendo quase em dobro no segundo e ultrapassando os votos em branco, o que é mais compreensível uma vez que três dos cinco candidatos iniciais ficaram de fora da rodada final. No primeiro turno, o percentual foi de 0,64⁸ subindo no segundo para 1,25. De qualquer forma, os votos nulos acrescentados no segundo turno (213.817) nem de longe se aproximaram da somatória dos votos recebidos pelos três postulantes que ficaram pelo caminho, a saber: 8.758.527. Ou seja, representaram modestíssimos 2,44% deste contingente. Este dado,

⁶ - O governador Juan Schiavaretti obteve a quarta (4ª) colocação na eleição presidencial, obtendo a segunda (2ª) posição em sua província. Para mais detalhes sobre o primeiro turno ver meu artigo com link nas referências.

⁷ - No primeiro turno o Desvio Padrão (DP) foi de 1,002 para um coeficiente de variação (CV) de 63,8% da média. No segundo turno o DP foi de 0,335 para um CV de 35,6% da média.

⁸ - Percentual este abaixo da média de 0,73 e da mediana de 0,67 em dez eleições argentinas no primeiro turno, incluindo a eleição presente de 2023, e também de 0,74 e de 0,69 respectivamente sem incluí-la.

tomado isoladamente dos demais, seria um indicador de que a maioria do eleitorado foi para o segundo turno com o propósito de escolher um dos dois finalistas.

Os Votos Nulos nas 24 Jurisdições

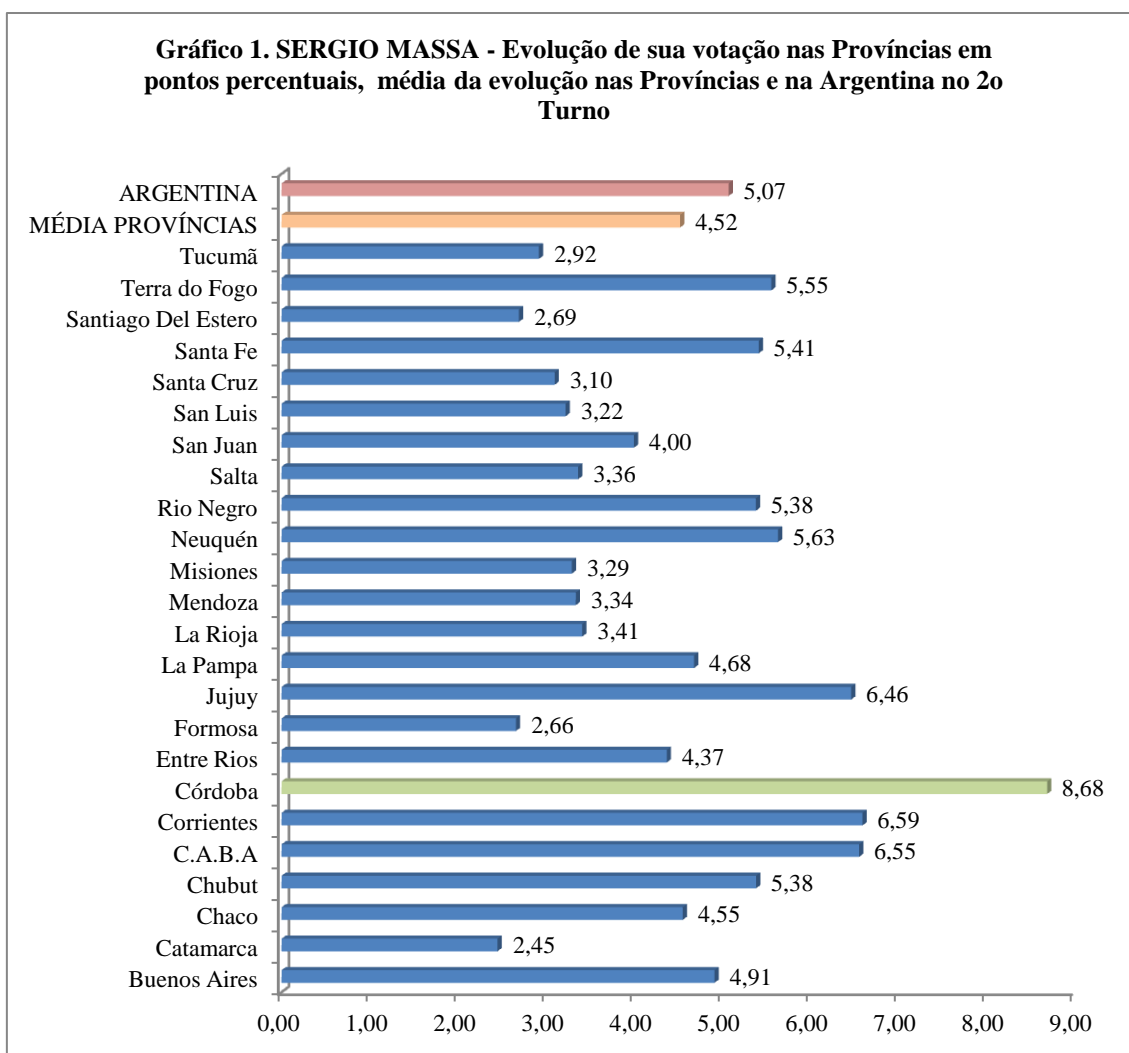
O comportamento dos votos nulos nas 24 jurisdições foi razoavelmente homogêneo e pouco acima do nível nacional tanto no primeiro quanto no segundo turno, mas apresentando uma evolução de sua média um pouco menos impactante do que no plano nacional (veja tabela).

TABELA 04			
ARGENTINA ELEIÇÕES 2023			
VOTOS NULOS NOS DOIS TURNOS			
Indicadores em Nível Nacional e Provinciais			
INDICADOR	1º T	2º T	VARIAÇÃO
Nacional (absolutos)	224.864	438.681	213.817
% da Variação dos Absolutos			95,09
% Votos Nulos no Eleitorado Nacional	0,64	1,25	95,31
Média dos Nulos nas 24 Jurisdições	9.369	18.278	95,09
% das 24 Jurisdições no Eleitorado	0,76	1,35	77,63
% Mais Baixo das 24 Jurisdições	0,39	0,58	48,72
% Mais Alto das 24 Jurisdições	1,25	2,39	91,20

Sergio Massa

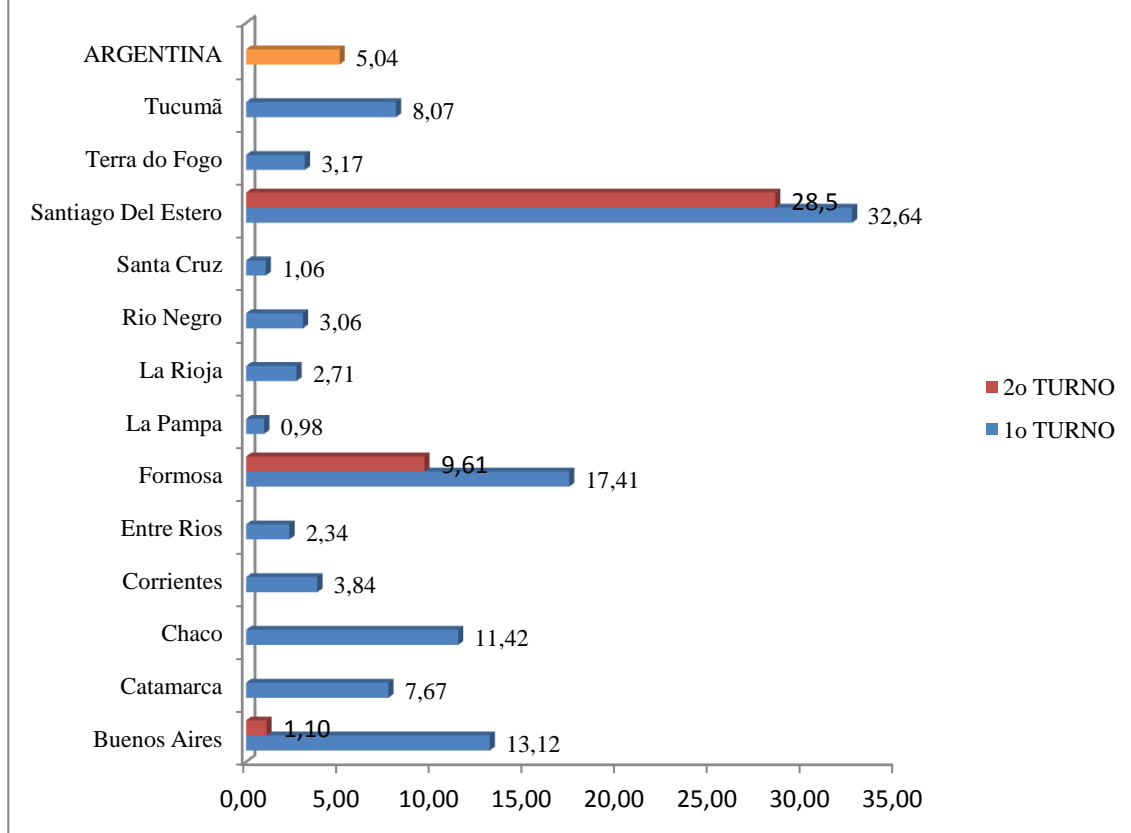
Como eu havia mencionado em trabalho anterior, a candidatura do ministro da Economia Sergio Massa teve um bom desempenho no primeiro turno quando comparado ao seu desempenho nas eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO) e ainda mais considerando a ineficácia de sua ação à frente da pasta e toda difícilíssima situação econômica, política e social do país, obtendo a dianteira e com boa folga sobre o segundo colocado Javier Milei.

Mesmo com este bom desempenho, um olhar atento para seus resultados nas 24 jurisdições já indicava variações importantes que poderiam ser preocupantes, ao menos nas variações mais extremas e tendo em conta o tamanho dos eleitorados regionais. Considerando o eleitorado apto a votar, se nos valores médios os resultados praticamente coincidiram com o resultado nacional, no segundo maior eleitorado do país – Córdoba - ele obteve somente 10,1% dos votos, ficando na quarta posição. E também no quinto maior eleitorado – Mendoza – onde reuniu 23,3% e foi relegado à terceira posição. No segundo turno, Massa ainda assim poderia despertar a atenção a seu favor para quem examinasse seus dados de ambos os turnos, mas se esquecendo de olhar os de Milei, pois ele cresceu 5,1 pontos percentuais no âmbito nacional. Todavia, na média provincial seu crescimento foi bem modesto, 4,52 pontos percentuais, mesmo que seu desempenho em Córdoba (8,7 pontos percentuais) tenha ficado por cima (veja o gráfico a seguir).



Também é importante reconhecer o bom desempenho de Massa nas 13 províncias nas quais foi o primeiro colocado no primeiro turno, pois se no plano nacional a superioridade sobre Javier Milei, segundo colocado, foi de 5,04 pontos percentuais do eleitorado, na média das 13 foi de 8,3 pontos chegando a abrir 13,1 pontos no maior eleitoral provincial do país, província de Buenos Aires, e 32,6 pontos em Santiago Del Estero, a despeito da última província dispor de um modesto contingente eleitoral. No entanto, quase tudo sumiu no segundo turno, pois a primeira colocação ficou em apenas três províncias, como já havia registrado, e mesmo assim com mínima superioridade na mais importante, Buenos Aires, com 1,1 ponto.

Gráfico. 1.1 - SERGIO MASSA - Vantagem em pontos percentuais do candidato, sobre 2o colocado, no Primeiro e no Segundo Turno da Eleição



Javier Milei

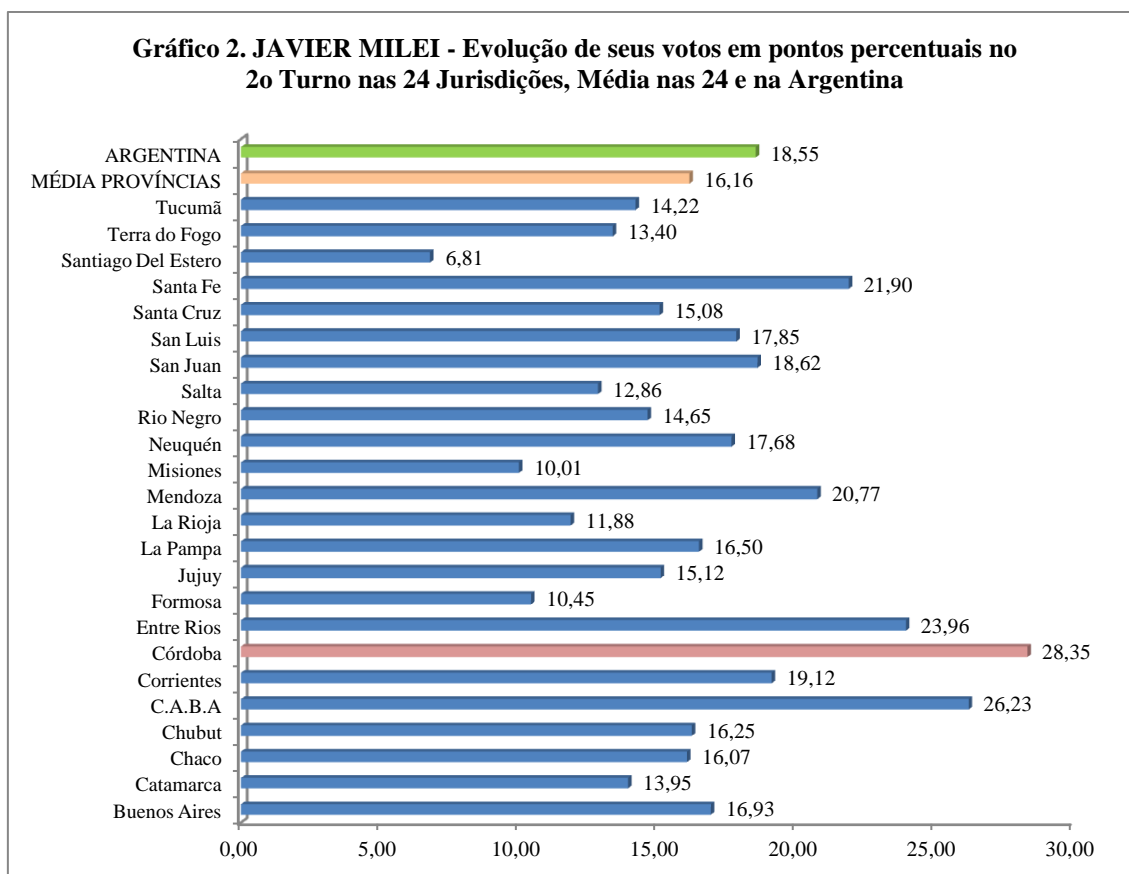
O resultado primeiro turno provocou certo desapontamento para muito dos apoiadores de Javier Milei pelo desempenho nas PASO e também pelos resultados de várias pesquisas de intenção de voto. De qualquer forma não foi um mal resultado tendo em vista que ele disputou formalmente contra outros quatro candidatos, sendo que outros dois além de Massa (Patrícia Bullrich, agora sua ministra da Segurança) e Juan Schiavaretti, governador de Córdoba, eram protagonistas respeitáveis eleitoralmente⁹.

Porém, o cenário mudou fortemente assim que ficou claro com os resultados oficiais do primeiro turno que ele era o candidato a expressar o antiperonismo kirchnerista, especialmente com o apoio do ex-presidente Maurício Macri e da ex-concorrente Bullrich. E os resultados do segundo turno, especialmente comparados aos do primeiro, explicam com nitidez o que se passou, ou seja, o sentimento da maior parte do eleitorado do país.

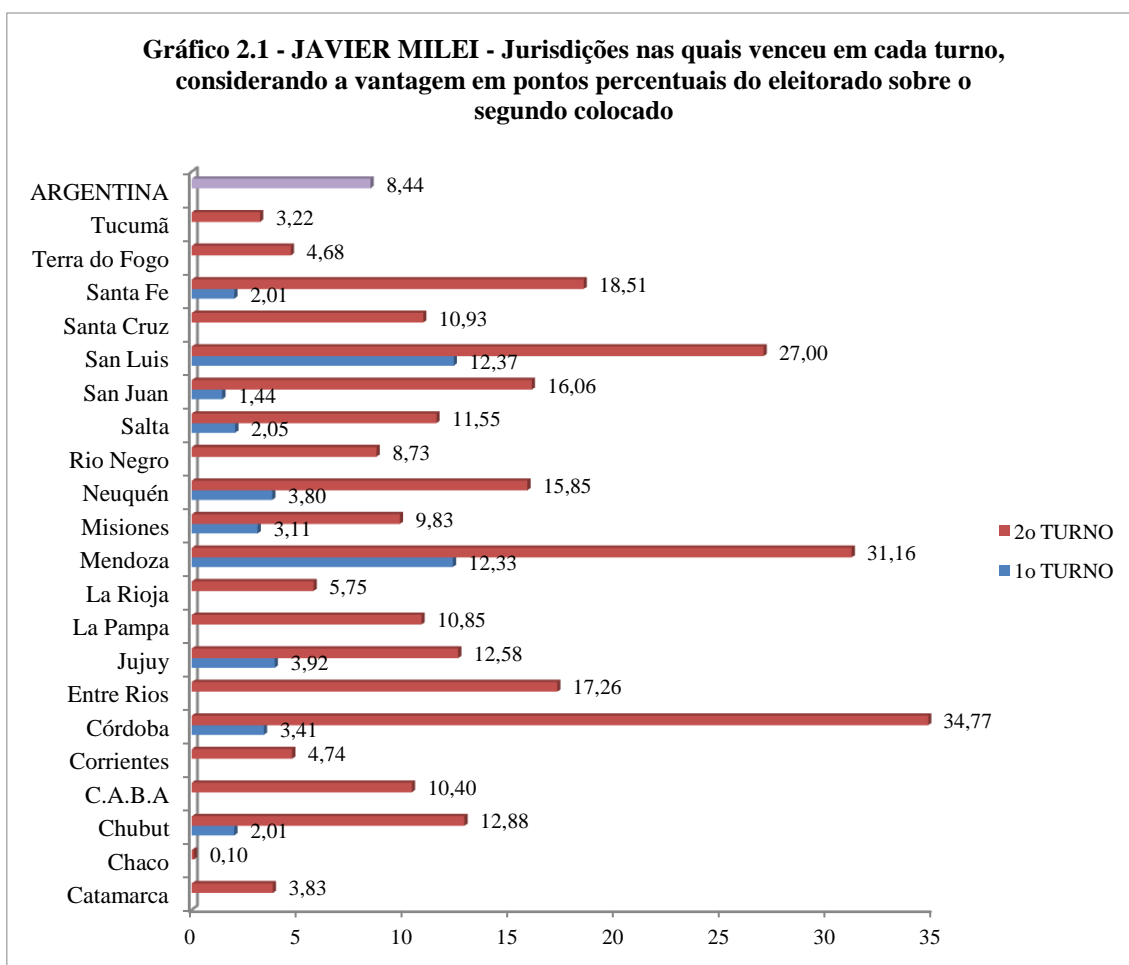
O crescimento foi espantoso. No plano nacional foi de 18,6 pontos percentuais, na média das 24 jurisdições de 16,2 pontos. Em Buenos Aires, maior eleitorado foi de 16,9 pontos,

⁹ - Somente a candidata Miryam Bregman (Frente Unida de Esquerda) não era efetivamente uma candidata com capacidade de fazer diferença no plano nacional.

mesmo ficando na segunda colocação. Mas em Córdoba, segundo maior, o crescimento foi de 28,3 pontos. Somente em Santiago Del Estero seu crescimento ficou abaixo de dez pontos (6,8 pontos) (veja o gráfico 2 seguinte).



E nas jurisdições em que Milei venceu no primeiro e no segundo turno também impressiona a superioridade em pontos percentuais sobre o segundo colocado (que nem sempre foi Massa no primeiro turno). No primeiro turno, Javier Milei venceu em dez das 24 jurisdições, passando para 21 jurisdições no segundo. Em toda a Argentina, a superioridade foi de Milei no segundo turno foi de 8,4 pontos sobre Sergio Massa, embora no segundo maior colégio eleitoral do País foi de 34,8 pontos do eleitorado, quando no primeiro a vantagem havia sido de modestos 3,4 pontos. Em Santa Fé, terceiro maior eleitorado do país, a vantagem de “El Loco” chegou a 18,5 pontos sendo que no turno inaugural havia sido de somente 2 pontos. Na Capital Federal, quarto maior eleitorado e onde não havia vencido no primeiro turno (Patrícia Bullrich chegou em primeiro), obteve no segundo 10,4 pontos de vantagem. Em Mendoza, no quinto maior eleitorado, a superioridade foi de 31,2 pontos quando no primeiro havia sido de 12,3 pontos (ver o gráfico 2.1 à frente).



As Eleições para o Congresso Nacional

Na Argentina, nenhuma das duas casas do Congresso Nacional é renovada integralmente quando da eleição presidencial, dado este que já revela a dificuldade que todo e qualquer presidente venha a ter, pois por maior que seja a força política a favor do que venceu, parcela considerável de cadeiras está ligada à situação política anterior.

Assim sendo, na Câmara dos Deputados, dos 257 parlamentares que a integram 130 foram eleitos (58,6%) na presente eleição contra 127 (49,4%) em 2021, ou seja, nas eleições de meio de mandato. No Senado a situação é ainda mais fraturada. Dos seus 72 senadores (3 por jurisdição), 30 (41,7%) se elegeram agora, 20 (27,8%) nas eleições de meio de mandato em 2021, e 22 (30,6%) nas eleições de 2019 quando o peronista Alberto Angel Fernandez foi eleito presidente da República, com o apoio principal da corrente interna *kirchnerista*.

Além disso, nem todas as 24 jurisdições elegem seus representantes no mesmo ano. No de 2023 foram 14 sendo que quatro destas tiveram eleições e posse antes, em julho e setembro, pois o calendário eleitoral de algumas províncias não é exatamente igual ao nacional.

Na eleição dos deputados, o eleitor vota em uma lista fechada de candidatos, isto é, previamente ordenada, tendo mais oportunidade de saber se o seu candidato (caso tenha algum) conta com maior ou menor chance de ser eleito, o que também é um elemento facilitador para a

realização de pesquisas de intenção de voto com maior precisão. Mas o voto também é proporcional como no Brasil, onde a lista é aberta.

Portanto, aconteceu o seguinte na eleição parcial para as duas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados, a União pela Pátria (UP), reunindo as forças políticas peronistas da situação, apoiadoras da candidatura do ministro Sérgio Massa, obteve agora 49 assentos, isto é, 37,7%, ou seja, uma maior minoria. Este percentual aumenta ligeiramente (para 38,91%) ao considerar a composição de todos eleitos em meio de mandato.

Mas o que se passou não fica apenas no que mencionei acima. Há mais e em certa medida é o que se passa nas eleições legislativas de vários países de regimes presidencialistas. Considerando apenas a **T.M.E** no primeiro turno das 24 jurisdições, pois as eleições legislativas só tem turno único na Argentina, estas foram muito mais instáveis do que a presidencial, com valores médios mais altos e valores extremos mais distantes (*vide a tabela 5 a seguir*), mas destacando o caso que chegou ao paroxismo com a província de Misiones na qual a T.M.E na eleição para a CD atingiu o valor máximo da distribuição com 61,1 devido ao enorme contingente de votos em branco, enquanto na presidencial a média ficou em 26,2. De forma geral, a imprensa argentina procurou interpretar o fenômeno verificado em Misiones como ausência de candidatos líderes que encabeçassem suas chapas¹⁰.

Fato é que a província de Misiones não ficou sozinha na alta quantidade de votos em branco, esse componente da TME, mas também cinco outras (Catamarca, Entre Rios, La Pampa, Santa Cruz e Santiago Del Estero).

TABELA 05				
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023				
<i>Medidas relativas às Taxas de Marginalidade Eleitoral (TME) na Eleição para a Câmara dos Deputados (CD) e para Presidente da República (1º Turno)</i>				
2023				
MEDIDA	CD	JURISDIÇÃO	PRESIDENTE	JURISDIÇÃO
Média	35,17		26,23	
Mediana	32,00		26,02	
Desvio Padrão	9,547		3,075	
Coeficiente de Variação	27,15		11,72	
Valor Mínimo	23,69	CABA	20,55	Tucumã
Valor Máximo	61,10	Misiones	35,17	Santa Cruz
Amplitude	37,41		14,62	
Variância	93,99		9,45	

Ou seja, tudo que discorri aqui sobre os resultados das eleições para presidente e o desafio que terá Javier Milei para governar devido a composição do Congresso Nacional (CN) é que o parlamento argentino conta com um problema de legitimidade bem maior.

¹⁰ - Vale relembrar o leitor que se trata de voto de lista fechada, isto é, ordenada, o que faz muita diferença na orientação do leitor, pois a formação das bancadas partidárias se dê com base na proporcionalidade, ter uma ordem na composição dá ao primeira da lista um caráter de voto majoritário.

A Legitimidade Eleitoral (RLE)

O resultado para a Câmara dos Deputados revela que a sua legitimidade eleitoral, ao menos quando medida pelo critério Legitimidade Eleitoral (RLE) é menor que a do vencedor no primeiro turno da eleição presidencial, a saber, Sérgio Massa, embora os resultados em cada uma das 24 jurisdições não tenha sido o mesmo. Pior, levando a interpretação do critério ao extremo, a RLE é negativa como os dados na tabela 6 seguinte indicam.

TABELA 06		
ARGENTINA ELEIÇÕES 2023		
<i>Medidas relativas à Legitimidade Eleitoral (RLE) do primeiro colocado no primeiro turno à eleição presidencial e da força política vencedora na Câmara dos Deputados (CD), considerando as 24 Jurisdições</i>		
MEDIDAS	PRESIDENCIAL	CD
Média	1,163	0,827
Mediana	1,113	0,793
Desvio Padrão	0,294	0,223
Coeficiente de Variação	25,28	29,96
Val Min	0,697	0,362
Val Max	2,034	1,217
Amplitude	1,337	0,855
Variância	0,127	0,050

Bem, mas o que se define como RZE? É tão somente a razão da divisão entre os votos recebidos pelo candidato ou partido vencedor no turno em questão (DIVIDENDO) pela Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME). A expectativa é sempre de que o vencedor “vença” também a TME, o que significa valor a partir de 1,0 para cima. E como é possível constatar com os resultados das média e mediana, tais valores para a força política vencedora na Câmara dos Deputados (CD) foi menor do que 1,0. Ou seja, a TME “venceu”.

TABELA 06.1				
ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023				
<i>Legitimidade Eleitoral (RLE) na Eleição Presidencial em 1º Turno e na Câmara dos Deputados (CD), considerando a frequência dos valores nas províncias em que os candidatos à presidente foram os vencedores</i>				
VENCEDOR	PRESIDÊNCIA		CÂMARA DOS DEPUTADOS	
	1,00 e MAIOR	ABAIXO DE 1,00	1,00 e MAIOR	ABAIXO DE 1,00
Sergio Massa	9	4	5	8
Javier Milei	6	4	2	8
Patricia Bullrich	1	-	1	-
TOTAL	16	8	8	16

Tanto para Sérgio Massa, que chegou em primeiro em 13 províncias, quanto para Javier Milei que chegou em dez, houve mais de uma combinação de resultados com base na RLE, pois um e outro tiveram tanto resultados acima de 1,000 quanto abaixo, bem como alinhando-se ou não com os resultados para a Câmara dos Deputados (CD).

Patricia Bullrich que só venceu na Capital Federal (CABA), teve a RLE acima de 1,000 alinhada com a da CD, conquanto acima desta (*Veja os resultados por cada uma das 24 jurisdições nos anexos*).

Todo cuidado é pouco

Portanto, considero que a Legitimidade Eleitoral (RLE) está entre os indicadores que parecem mais relevantes para ajudar a entender as dificuldades dos candidatos em geral, especialmente dos que vencem as eleições, mas também a da Câmara dos Deputados (CD) por ser a casa legislativa das duas do Congresso que repercute mais as demandas da sociedade em geral e pelo fato óbvio de que nos regimes democráticos os dois poderes eleitos diretamente pelo povo precisam de boa aceitação para que possam tomar decisões, especialmente as mais difíceis e que estas possam ser razoavelmente absorvidas pela sociedade.

E o que os resultados da RLE permitem afirmar com alguma segurança é que no agregado dos três candidatos a presidente os valores a partir de 1,000 para mais foram de dois terços e para a CD justamente o oposto, isto é, dois terços entre zero e menos 1,000. Assim é, que se há dificuldades que se explicam porque o candidato a presidente encontra resistências em certas regiões, a CD muito mais. Além disso, a eleição para presidente no caso da Argentina 2023 foi decidida no segundo turno, fato este que ajudou a elevar ainda mais a RLE do presidente eleito.

É evidente que a obtenção de um quociente maior do que zero nesse importante indicador não assegura condições ideais para qualquer governante, especialmente na situação atual da Argentina. Mas, seguramente, é um dado relevante, pois o contrário quase certamente seria um indicador de que problemas ainda maiores tenderiam a ocorrer já no início do mandato do novo governante.

Acredito que a interpretação cuidadosa dos dados eleitorais poderá ajudar a compreender o que a Argentina passará nesses próximos tempos, particularmente pelas duríssimas medidas tomadas pelo agora presidente Javier Milei nas duas primeiras semanas de mandato. E como a CD dispõe de RLE baixa e tendo maioria da oposição, deixo a pergunta se uma reação muito dura por parte dos deputados que formam o amplo leque do Peronismo, especialmente da vertente do Kirchnerismo, não poderá fragilizar ainda mais o próprio Poder Legislativo e, assim, ao invés da esperada harmonia entre os poderes para o adequado funcionamento do regime democrata haveria uma radicalização que o comprometeria ainda mais? Não tenho a resposta, mas espero que o Parlamento de forma geral, independente da distribuição das forças políticas entre situação e oposição, seja capaz de mostrar disposição para o diálogo.

***RUI TAVARES MALUF.** Pesquisador, consultor e professor universitário. Ex-professor da Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo – Escola de Humanidades (2005-2022), das Faculdades Campos Salles (2001-2011) e de outras instituições de ensino superior. Fundador e editor da consultoria e do site *Processo & Decisão*. Doutor em ciência política (USP). Mestre em ciência política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2011) e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Autor de inúmeros artigos sobre política municipal, nacional e internacional do Brasil em relação aos países da América do Sul.

Referências e fontes que utilizei e consultei

DIRECCIÓN NACIONAL ELECTORAL (DINE). Resultados das eleições em primeiro e segundo turno de 2023. Disponível em: <https://resultados.gob.ar/>

..... Resultados de eleições anteriores.
<https://www.argentina.gob.ar/dine/resultados-electorales>

MALUF, Rui Tavares. Argentina 2023. *Primeiro turno da eleição presidencial. Entendendo o que se passou.* São Paulo. Outubro, 2023. <http://www.processoedecisao.com.br/IMP-ASARG.htm#RTMArtigo301023>

Anexos

ANEXO 1		
PRIMEIRO TURNO		
<i>Razão de Desempenho entre o Percentual de Votos de Sérgio Massa e Javier Milei versus a Taxa de Marginalidade Eleitoral (TME)</i>		
PROVÍNCIA /CABA/PAÍS	SERGIO MASSA	JAVIER MILEI
Buenos Aires	1,40	0,84
Catamarca	1,07	0,80
Chaco	1,11	0,71
Chubut	0,87	0,94
C.A.B.A	0,96	0,59
Corrientes	1,15	0,83
Córdoba	0,40	1,01
Entre Rios	0,95	0,86
Formosa	1,55	0,86
Jujuy	1,10	1,28
La Pampa	1,17	1,12
La Rioja	1,52	1,39
Mendoza	0,71	1,25
Misiones	1,07	1,18
Neuquén	1,07	1,23
Rio Negro	1,10	0,98
Salta	1,04	1,12
San Juan	1,11	1,17
San Luis	0,89	1,42
Santa Cruz	0,77	0,73
Santa Fe	0,77	0,84
Santiago Del Estero	2,18	0,76
Terra do Fogo	0,99	0,88
Tucumã	1,83	1,42
ARGENTINA	1,12	0,92

ANEXO 2

ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023

Legitimidade Eleitoral (RLE) na eleição presidencial do primeiro turno e para a Câmara dos Deputados (CD)

PROVÍNCIA	PRESIDENTE (1o T)	CÂMARA DOS DEPUTADOS
Buenos Aires	1,296	1,008
Catamarca	0,929	0,643
Chaco	1,082	0,897
Chubut	0,920	0,698
C.A.B.A	1,157	1,031
Corrientes	1,129	0,894
Córdoba	1,006	0,934
Entre Rios	0,889	0,682
Formosa	1,505	1,217
Jujuy	1,217	0,775
La Pampa	1,097	0,486
La Rioja	1,446	1,135
Mendoza	1,216	1,046
Misiones	1,161	0,413
Neuquén	1,192	0,768
Rio Negro	1,063	0,694
Salta	0,950	0,811
San Juan	0,955	0,701
San Luis	1,434	1,029
Santa Cruz	0,697	0,362
Santa Fe	0,821	0,767
Santiago Del Estero	2,034	1,032
Terra do Fogo	0,972	0,701
Tucumã	1,739	1,127

Observação: na eleição presidencial a RLE para a Argentina foi de 1,061. Para a eleição da CD isso não existe devido a se tratarem de 24 jurisdições independentes e não somente distribuição jurisdicional (geográfica) dos votos

ANEXO 3

ARGENTINA – ELEIÇÕES 2023

Composição geral partidária da Câmara dos Deputados (CD) e do Senado da Nação (SN) em Porcentagem do total, desde 10 de dezembro de 2023, incluindo os parlamentares eleitos em meio de mandato

Em ordem decrescente da CD

PARTIDO	CD	SN
União pela Pátria (UP)**	38,91	52,78
Proposta Republicana (PRO)	15,56	08,33
A Liberdade Avança (LA)	13,23	09,72
União Cívica Radical (UCR)	13,23	18,06
Câmbio Federal	03,50	04,17
Inovação Federal	03,50	02,78
Fazemos pelo Nosso País	03,11	-
Coalizão Cívica	02,33	-
Frente dos Trabalhadores - PTS	01,56	-
Buenos Aires Livre	00,78	-
Por Santa Cruz	00,78	02,78
Produção e Trabalho	00,78	-
Bancadas com apenas 1 parlamentar	02,72	02,78
TOTAL	100	100
CADEIRAS	257	72
*No Senado da Nação os integrantes da UP se apresentaram como Frente Nacional e Popular e como União Cidadã e ainda 2 parlamentares da Unidade Federal		
